



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

EDITAL

Pregão Eletrônico Nº 000005/2025

Preâmbulo

ID TCEES: 2025.045E0500002.01.0012

ComprasGov

NÚMERO COMPRAS GOV: 90005/2025

UASG 982929

(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP E EQUIPARADAS)

O **MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua David Canal, nº. 57, Centro, Marechal Floriano, Espírito Santo, CNPJ 39.385.927/0001-22, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARECHAL FLORIANO**, inscrito no CNPJ sob nº. 15.046.566/0001-21, com sede na Rodovia BR 262, Km 46, Sede, Marechal Floriano, Espírito Santo, torna público que realizará licitação, na modalidade de **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2024, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações e legislação complementar aplicável e, conforme processos administrativos nºs 12465, 12466 e 12467/2025 - SEMADH; e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos por meio do Pregoeiro Municipal nomeado pelo Decreto nº 13.152 de 23 de Janeiro de 2026.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Modo de disputa: ABERTO E FECHADO

1.2. Objeto: Aquisição de equipamentos de monitoramento e materiais de informática, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.3. Em caso de eventual diferença entre a(s) especificação(ões) do objeto descritas no "Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)" e as especificações constantes neste edital, prevalecerão as últimas especificações.

1.4. Compete a cada licitante fazer um minucioso exame do Edital, e das condições nele estabelecidas, ficando responsáveis pelo acompanhamento, bem como às publicações oficiais, das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

1.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1.6. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do sistema do provedor, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, sendo divulgado aos licitantes apenas e imediatamente após o encerramento da etapa de envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

2. SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. O procedimento do Pregão Eletrônico será realizado por meio de sessão pública no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras <<http://www.gov.br/compras>>), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

2.2. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 08h do dia 03/02/2026.

2.3. LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 8:55h do dia 23/02/2026.

2.4. DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 09h do dia 23/02/2026.

2.5. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.6. A PROPOSTA COMERCIAL (ANEXO 3) e os documentos de habilitação devem ser inseridos no sistema após a sessão pública de disputa.

2.6.1. Como condição para participação na sessão pública, os licitantes devem inserir os dados da proposta inicial no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras <<http://www.gov.br/compras>>).

2.7. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da Consultoria Jurídica ou de outros setores da PMMF, a fim de subsidiar sua decisão.

2.8. Caberá à equipe de apoio auxiliar o Pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

3. DIVULGAÇÃO, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão retirar o edital nos sites <https://www.marechalfloriano.es.gov.br/licitacao/> ou Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), ficando obrigadas a acompanhar as publicações referentes à licitação nestes endereços eletrônicos, no Diário Oficial dos Municípios (Amunes) - <<https://ioes.dio.es.gov.br/dom>>, no jornal Folha Vitória (<https://www.folhavitoria.com.br/publicidade-legal>), tendo em vista a possibilidade de alterações, disponibilização de informações e avisos sobre o procedimento do pregão eletrônico.

3.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, mediante documento formalizado e apresentado no endereço eletrônico licitacao@marechalfloriano.es.gov.br.

3.2.1. A petição de impugnação deverá conter a assinatura do interessado ou seu representante, a indicação do número do Pregão, endereço completo, telefone e e-mail, a formulação do pedido contendo a exposição dos fatos e seus fundamentos. No mesmo momento deverá ser juntado documento que comprove a aptidão do signatário para a representação da pessoa jurídica ou física.

3.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus anexos.

3.4. A impugnação não possuirá efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico responsável pela contratação e/ou pela Assessoria Jurídica, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, podendo ser estendido com justificativa.

3.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação, assim como será lançada no sistema a informação de que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

mesmo se encontra "Suspensão".

3.4.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no <https://www.marechalfloriano.es.gov.br/licitacao/> e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), e vincularão os participantes e a Administração.

3.5. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

3.6. Decairá do direito de impugnar o Edital o interessado que não o fizer conforme estipulado no item 3.2; endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento, e que, por isso, sejam intempestivas; subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Pregão correrão por conta da dotação orçamentária prevista no Orçamento da Prefeitura Municipal de Marechal Floriano para exercício de 2026, no âmbito da Secretaria Solicitante, conforme especificado abaixo:

- 100002.0812200112.180.44905200000.166000009999 - Ficha 112
- 100001.0824500632.216.44905200000.166000009999 - Ficha 198
- 100001.0824500632.215.44905200000.166000009999 - Ficha 169

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam credenciados no *Sistema de Compras do Governo Federal* (www.gov.br/compras).

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, direta e indireta, em face da hipótese prevista no inciso III do Art. 156, da Lei nº 14.133/2024;
- b) sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo, em face da hipótese prevista no inciso IV do Art. 156, da Lei nº 14.133/2024;
- c) estejam sob falência, dissolução ou liquidação;
- d) estejam enquadradas no disposto do Art. 14, da Lei nº 14.133/2024;
- e) entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- f) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- g) que não se qualifiquem como microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, no caso de licitações ou lotes exclusivos fundamentados no art. 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- h) que, embora qualificadas como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006 no caso de licitações ou lotes exclusivos fundamentados no art. 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123, de 2006;

5.3. O Pregoeiro poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados pelas empresas licitantes acerca das condições de participação.

5.4. As diligências promovidas pelo Pregoeiro poderão envolver a solicitação de outros documentos e informações para a tomada de decisão.

5.5. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

neste edital e seus anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar a contratação nos termos propostos.

5.6. Todos os avisos relativos aos atos praticados durante o procedimento licitatório serão efetuados pelo Pregoeiro aos licitantes por meio do campo de mensagens do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), ficando sob inteira responsabilidade do licitante acompanhar o trâmite do certame.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização da sessão pública.

6.2. Informar-se a respeito do funcionamento e regulamento do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), como também receber instruções detalhadas para sua correta utilização, pelos canais:

- Telefone: 0800.978.9001
- Portal de Atendimento: <https://portaldeservicos.gestao.gov.br/>
- Suporte realizado de segunda à sexta-feira, das 08h às 18h.

6.3. Remeter, no prazo estabelecido por este edital, exclusivamente via sistema, a proposta e os documentos de habilitação e, quando necessário, os documentos complementares.

6.4. Responsabilizar-se formalmente pelas negociações efetuadas em seu nome, assumindo suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da PMMF por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.5. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da chave de identificação/senha, para imediato bloqueio de acesso.

6.7. Utilizar-se da chave de identificação (login) e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

6.8. Solicitar o cancelamento da chave de identificação (login) ou da senha de acesso por interesse próprio.

6.9. Manter o endereço atualizado de correio eletrônico, bem como submeter-se às exigências da legislação pertinente, em especial da Lei nº 14.133/2024, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3. Os anexos de proposta deverão ser encaminhados apenas pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

7.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. O licitante organizado em cooperativa - quando permitida a sua participação - deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os seguintes requisitos:

- a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei n.º 5.764/1971, a Lei n.º 12.690/2012, e a Lei Complementar n.º 130/2009;
- b) a cooperativa apresenta demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- c) qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- d) o objeto da licitação se refere, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei n.º 12.690/2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

7.6. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2024.

7.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.4 a 7.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2024, e neste Edital.

7.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

7.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

o intervalo de que trata o subitem acima.

7.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

7.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos solicitados.

8.1.1. No preenchimento da proposta na plataforma do pregão eletrônico, o FORNECEDOR quando fabricante deverá especificar a marca como "PRÓPRIA", para não identificar a empresa.

8.2. Quando dois ou mais itens compuserem um grupo, torna-se obrigatória a cotação para todos os itens que o compõem.

8.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.6. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances e solicitação do Pregoeiro por meio do sistema, no prazo a ser definido pelo Pregoeiro.

8.8.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

a) Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

b) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

c) A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,50% (cinquenta centésimos por cento)**.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

9.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

lances segundo a ordem crescente de valores.

9.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.15.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.16. O valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

10.2. Nessas condições, as propostas de ME/EPP/MEI que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática do sistema.

10.4. A ME/EPP/MEI melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.6. O critério de desempate, previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, será aplicado quando houver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto, no que couber e na seguinte ordem:

10.6.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.6.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

10.6.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

10.6.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.6.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto executado por:

a) empresas brasileiras;

b) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

c) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/2009.

10.7. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo(a) Pregoeiro(a) em sessão pública, dentre as propostas empatadas.

11. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro negociará com o primeiro colocado condições mais vantajosas.

11.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.2. As propostas finais, enviadas após a etapa de lances, serão examinadas quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao limite máximo estipulado, observado o critério de julgamento de menor preço total por item.

11.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.3.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.

11.4. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

- Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

11.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992.

11.6. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN n.º 3/2018, art. 29, caput).

- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n.º 3/2018, art. 29, §1º).

- O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n.º 3/2018, art. 29, §2º).

11.7. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

11.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 6.6.

11.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a)** conter vícios insanáveis;
- b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c)** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.10.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.11. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação do licitante, podendo esta ser ajustada, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

11.12. Se a proposta apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às exigências do Edital e anexos.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista será verificada, através de consulta ao SICAF, conforme a documentação especificada neste item.

12.1.1. É responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

12.1.2. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante.

12.1.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, podendo tal prazo ser prorrogado motivadamente pelo Pregoeiro ou mediante solicitação formal do licitante.

12.1.4. A verificação de documentos de habilitação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

12.2. Documentação exigida para a comprovação da habilitação jurídica, conforme o caso:

- No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
- No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

- No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes são objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

12.3. Documentação exigida para habilitação fiscal, seguridade social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- g) Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

12.4. Documentação exigida para capacidade econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.
 - a.1) As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública.

12.5. Documentação exigida para qualificação técnica:

- a) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando a entrega de produtos compatíveis ao objeto licitado, quanto ao nível de qualidade e atendimento, comprovando idoneidade, atendimento e aptidão para atividade exercida.

12.6. Caso o licitante pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio da filial, deverá informar o CNPJ desse estabelecimento na proposta, visando à comprovação de sua regularidade fiscal. Caso o estabelecimento não seja cadastrado ou encontrar-se irregular perante o SICAF, o licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome deste.

12.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.8. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9. Em caso de dúvida em relação à integridade de documento digital apresentado durante certame, o Pregoeiro poderá solicitar o envio dos documentos originais ou cópias autenticadas, no prazo de 3 dias úteis, para endereço Rua David Canal, nº 57, Centro, Marechal Floriano, Espírito Santo, CEP 29255-000.

12.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

12.11. Regularidade fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte

12.11.1. O licitante deverá apresentar na etapa de habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

12.11.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.11.3. O prazo acima poderá, a critério da Administração, ser prorrogado por igual período.

12.12. Comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte

12.12.1. A comprovação da condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, em atendimento a Lei Complementar 123/2006 e alterações, deverá ser feita com a apresentação da:

a) Certidão expedida em 2026 pelo Órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que a empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

12.12.2. Licitante optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverá apresentar o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

12.12.3. Licitante não optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverá apresentar:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do resultado do exercício - DR comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Art. 3º da LC 123/06 e suas alterações, correspondentes ao último exercício social.

12.13. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2024 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art165>.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR O CONTRATO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para promover a adjudicação do objeto e homologar a licitação.

14.2. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

14.2.1. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo seja aceito pela Administração.

14.2.2. A Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.2.3. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa a licitante que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de negociação.

15.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

15.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm#art5> agosto de 2013. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm#art5>

15.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** ADVERTÊNCIA pela falta do subitem 16.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b)** MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor por quaisquer das infrações dos itens 16.1.1 a 16.1.12;
- c)** IMPEDIMENTO DE LICITAR e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d)** DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12, bem como nos demais casos que justifique imposição da penalidade mais grave.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.6. Na aplicação da sanção prevista na alínea "b" do item 16.2 deste Termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 16.2 deste Termo será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.8. Quando o quadro funcional não dispuser de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

15.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

**RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:
29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br**

EDITAL

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.7. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Proposta de Preços;

ANEXO III - Especificação dos Lotes;

ANEXO VII - Minuta do Contrato

Marechal Floriano/ES, 29 de janeiro de 2026.

Enéias Mees
Pregoeiro Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

**RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:
29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br**

EDITAL

Anexo I - Termo de Referência

Referência: Pregão Eletrônico Nº 000005/2025.

Processos Administrativos nºs: 12465, 12466 e 12467/2025 - SEMADH

1. DO OBJETO

1.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos de monitoramento e materiais de informática, com as especificações mínimas descritas neste documento, destinados ao uso institucional da Assistência Social

1.2. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item: 0001

Especificação: CÂMERA DE MONITORAMENTO

- sensor: 1/2.9" megapixel progressive cmos
- pixels efetivos: 1920 (h) x 1080 (v)
- resolução: full hd (1080p)
- lente: 4 mm
- ângulo de visão: 105° (diagonal), 86° (horizontal), 45° (vertical)
- zoom digital: 16x
- alcance infravermelho (ir): 20 m (feixe de luz até 23 m)
- ir inteligente e sensibilidade 0 lux (ir ligado)
- função day & night automático e p&b, com troca automática de filtro (icr)
- controle automático de ganho (agc) ajustável
- compensação de luz de fundo (blc) automático
- high light compensation (hlc)
- wide dynamic range (wdr) automático • balanço de branco automático
- detecção ajustável de movimento e pessoas
- redução digital de ruído (dnr) 3d automático
- rotação horizontal: 0° a 355°
- rotação vertical: 0° a -90°
- conector de alimentação: p4 fêmea, fonte 12 v
- consumo máximo de corrente: 520 ma
- consumo de energia: < 6,2 w
- proteção antissurto: 15 kv modo diferencial / 15 kv modo comum
- peso: 565 g
- material e formato: case tipo dome, em plástico, cor branca
- grau de proteção: ip66 (instalação interna e externa)
- temperatura de operação: -20 °c a 50 °c
- umidade de operação: até 95% sem condensação conectividade e rede
- rede cabeada: rj45 fêmea
- padrões wi-fi: ieee802.11b/g/n
- frequência wi-fi: 2,4 ghz ~ 2,4835 ghz
- largura de banda: 20/40 mhz • segurança: 64/128 bit wep, wpa/wpa2, wpa-psk/wpa2-psk
- potência de transmissão: b: 17 dbm; g: 15 dbm; n: 15 dbm
- taxa de transmissão: 11b até 11 mbps; 11g até 54 mbps; 11n até 150 mbps
- ganho da antena: 1,79 dbi áudio, vídeo e armazenamento
- frame rate: adaptável (máximo 20 fps)
- compressão de vídeo: h.264
- taxa de bits de vídeo: adaptável
- áudio: aac com microfone integrado
- taxa de bits de áudio: adaptável



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

- armazenamento local: cartão de memória de até 32 gb incluso protocolos e compatibilidade
- configuração: modo ap / cabo de rede
- protocolos suportados: ipv4, rtsp, rtmp, onvif (perfil s)
- cartão de memória de até 32 gb incluso

Unidade: Unidade

Quantidade: 10

Item: 0002

Especificação: MINI RACK 5U

- altura: 250 mm
- largura: 540 mm
- profundidade: 350 mm
- porta com visor em acrílico fechadura com chave
- padrão 19``.

Unidade: Unidade

Quantidade: 01

Item: 0003

Especificação: SCANNER

Equipamento do tipo scanner de mesa profissional, destinado à digitalização de documentos administrativos em alta demanda, com as seguintes características mínimas:

- alimentador automático de documentos (adf) com capacidade mínima para 80 folhas;
- digitalização frente e verso (duplex) automática;
- velocidade mínima de 40 páginas por minuto (ppm) em preto e em cores;
- resolução óptica mínima de 600 dpi;
- interfaces de conexão: usb, ethernet e wi-fi (incluindo wi-fi direct);
- tela de controle touchscreen colorida, com possibilidade de criar atalhos de digitalização;
- compatibilidade com sistemas operacionais windows, macos e linux;
- suporte à digitalização para múltiplos destinos: computadores em rede, dispositivos usb, e-mail, ftp, pastas de rede e serviços em nuvem;
- recursos de otimização de imagem: remoção de páginas em branco, detecção de alimentação múltipla, correção automática de inclinação (deskew), ajuste de cores e nitidez;
- capacidade de gerar arquivos em formatos pdf pesquisável (ocr), jpeg, tiff e outros;
- ciclo diário recomendado para alto volume de digitalização.

Marcas de referencia: brother ads, epson workforce, canon imageformula
12 meses de garantia do fabricante.

Unidade: Unidade

Quantidade: 02

Item: 0004

Especificação: SWITCH 24 PORTAS NÃO GERENCIÁVEL

- capacidade de comutação: 48 gbps
- taxa de encaminhamento de pacotes: 35.7 mpps
- método de transferência: armazena e encaminha
- certificação: fcc, ce, rohs
- tensão de entrada: 100 240 v
- padrões: ieee 802.3i ieee 802.3u ieee 802.3ab ieee 802.3x
- 24 portas rj-45 10/100/1000 mbps com auto negociação
- 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação.

Unidade: Unidade

Quantidade: 02



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

Item: 0005

Especificação: WIRELESS ACCESS POINT

modelo específico para ambiente corporativo aplicação: conexão de equipamentos em rede sem fio; interface de rede cabeada gigabit ethernet; deve incluir fonte de alimentação bivolt do tipo injetor poe saída 48v 0.5a, do mesmo fabricante do aparelho; padrão: 802.11 a/b/g/n/ac /ax; taxa de transmissão de 11 frequência 2,4 ghz: 573mbps e 5ghz: 3.4 gbps; ganho da antena em 2.4 ghz: 4 dbi e 5 ghz: 6 dbi; mu-mimo 2x2 (2.4 ghz) e 4x4 (5 ghz); autenticação wpa3; potência máxima tx 2.4 ghz: 22 dbm e 5 ghz: 26 dbm; 8 bssid por rádio; suporte a vlan 802.1 q; suporte a 300+ clientes simultâneos por cada access point. marca de referência: ubiquiti ou superior garantia de 12 meses do fabricante.

Unidade: Unidade

Quantidade: 01

2. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

2.1. O processo será parcelado em itens, aos quais a empresa poderá participar em tantos quantos forem de seu interesse, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável.

3. PRAZOS/PRORROGAÇÃO/CRITÉRIO DE REAJUSTE

3.1. No caso de entrega única, o termo de contrato será substituído pelo termo de aceite a ser celebrado, cujo prazo para assinatura é de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação para tal fim, podendo ser prorrogada por igual período.

3.6. REAJUSTE

3.6.1. Os valores inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento;

3.6.2. Decorrido o prazo de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE ou outro que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.6.2.1. Os reajustes subsequentes ao primeiro serão contados a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.6.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

3.6.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3.6.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

4. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1. A entrega, decorrente da presente aquisição, **será realizada de forma integral**, e efetivada pela emissão e entrega da Autorização de Fornecimento, a qual será emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Marechal Floriano;

4.2. Os produtos entregues deverão conter, na embalagem, todas as especificações constantes no item 1 deste termo de referência, para fins de conferência e recebimento;

4.2.1. Os produtos deverão ser entregues na embalagem original, sem avarias, identificados com informações precisas, corretas, claras, e em língua portuguesa sobre suas características;

4.2.2. Será recusado produto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

4.3. A entrega do material deverá ser feita na quantidade especificada na Ordem de Fornecimento, no horário compreendido entre 8 h e 17 h, em dias úteis, na **Rua Belarmino Pinto, nº 169, sala 102 Edf comercial Braço Sul, Centro, Marechal Floriano, ES - CEP 29255-000.**

4.3.1. O recebimento das mercadorias em dias ou horários diferentes dos especificados neste Termo de Referência deverão ser acordados com o fiscal da contratação, com antecedência mínima de um dia útil;

4.4. O transporte e entrega dos materiais no local especificado acima, será a cargo do fornecedor;

4.5. O Prazo de entrega fica fixado em até **15 (quinze) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento;

4.5.1. Não será admitida prorrogação do prazo de entrega, salvo por fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Contratante;

4.5.1.1. Ocorrendo fato superveniente em que a CONTRATADA não puder realizar a entrega até o limite dos prazos estabelecidos, deverá ser devidamente registrado contendo a justificativa e os documentos comprobatórios para análise pela Contratante, observando-se o preceito da razoabilidade e considerando-se os prejuízos à Prefeitura Municipal de Marechal Floriano;

4.5.1.2. Caso a entrega não seja efetuada no prazo determinado, e não havendo justificativa aceita pela Contratante, a Contratada estará sujeita às penalidades decorrentes deste fato;

4.5.2. Não será admitida entrega parcial do objeto;

4.6. A recepção dos materiais, para efeito de descarga e acesso ao local de entrega, está voltada para a conferência de volumes, confrontando-se Nota Fiscal do fornecedor com os respectivos registros e controles de compra. Nesse contexto, a aceitação fica condicionada à posterior conferência de especificações conforme solicitado;

4.7. Após a recepção dos equipamentos a CONTRATANTE realizará a conferência do material, no prazo de 2 (dois) dias úteis, verificando se os materiais e equipamentos entregues atendem as especificações referentes a:

- a) características dimensionais;
- b) características específicas;
- c) restrições de especificação.

4.8. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a CONTRATANTE poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, sem implicação de acréscimo no valor contratado.

a.2) A CONTRATANTE aceitará apenas uma única substituição, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

b) Se disser respeito à diferença das características do objeto, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

4.9. O recebimento definitivo não isenta a CONTRATADA de responsabilidades futuras quando à qualidade do produto entregue durante o prazo de garantia e respectivas condições.

4.10. Se verificada, a qualquer tempo, a inadequação do produto, e a empresa não realizar a troca nos prazos e condições e condições previstas, ou se o material trocado também apresentar inadequação a empresa ficará sujeita as penalidades, sem isenção da responsabilidade criminal, prevista na lei 14133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

4.11. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.11.1. O produto a ser entregue deverá estar em perfeitas condições de uso, estar adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

4.11.2. Todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, frete, carga e descarga, tributos, sem qualquer exceção, que incidirem sobre a execução do objeto, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

4.11.3. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo.

4.11.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo, devendo ser repostos novamente no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.11.5. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, cumprimento das especificações e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.11.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.11.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DA GARANTIA

5.1. O produto deverá ter garantia mínima de 12 meses (garantia legal).

5.2. A garantia deverá ser entregue no ato de assinatura do termo de aceite.

6. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1. Não se aplica.

7. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Aquisição de câmeras de monitoramento e materiais de informática é medida necessária para garantir maior segurança, eficiência e modernização da gestão das unidades de atendimento da Assistência Social, em benefício direto da qualidade do atendimento à população.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A solução consiste na aquisição conjunta de:

- Câmeras de monitoramento para instalação nos ambientes internos e externos dos CRAS, garantindo maior segurança e controle.

- Scanner de mesa profissional, com alimentador automático de documentos, digitalização frente e verso, conectividade em rede e Wi-Fi, adequado para o processamento de grande volume de documentos administrativos e prontuários.

- Switch de rede: Essencial para criar a infraestrutura de rede.

- Wireless Access Point (WAP): Para estender a rede, permitindo o acesso à internet e à rede local através de conexão sem fio (Wi-Fi) em todos os ambientes.

- Mini rack 5U: garante organização e proteção adequadas à rede, assegurando eficiência e sustentabilidade do investimento público.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. TIPO DE CONTRATAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

9.1.1. Trata-se de fornecimento único.

9.2. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

9.2.1. Habilitação jurídica

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou CONTRATO SOCIAL e alterações em vigor, COMPATÍVEL COM O OBJETO, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de prova de inscrição ou de eleição de seus atuais administradores; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, e ato de registro ou autorização para funcionamento no Brasil expedido por órgão competente.

A.1) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, com validade na data de realização da licitação;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual de onde for sediada a empresa, quando a sede não for neste Estado, com validade na data de realização da licitação;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de onde for sediada a empresa, com validade na data da realização da licitação;

e) Prova de Regularidade de Situação - CRS perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, com validade na data de realização da licitação;

f) Prova de Regularidade de Débito Trabalhistas perante o Tribunal Superior do Trabalho, com validade na data de realização da licitação;

9.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão Negativa de pedido de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias, anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

a.1) Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

9.2.4. Qualificação Técnica

a) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando a execução dos serviços/entrega de produtos compatíveis ao objeto licitado, quanto ao nível de qualidade e atendimento, comprovando idoneidade, atendimento e aptidão para atividade exercida.

9.3. INDICAÇÃO DE MARCA/ MODELO

9.3.1. O proponente deverá informar em sua proposta a marca e o modelo do equipamento ofertado, além de anexar um relatório contendo às especificações técnicas de cada.

9.4. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM FORMA DE CONSÓRCIO

9.4.1. Não será permitida a participação de empresas constituídas em forma de consórcio, conforme justificativa abaixo:

Justificamos que a inserção nas condições para participação, de vedação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que se trata de fornecimento de equipamentos de comunicação, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo do objeto deste termo, às quais em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para execução de contratos desta natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis proponentes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser adquirido, envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio. Tendo em vista que é prerrogativa do poder público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio com as devidas justificativas, que atribui à administração a prerrogativa de admissão de consórcios em processos de licitação por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por registrar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Ressalta-se que a nossa decisão com relação à vedação a participação de consórcios, expressa no edital, para o caso concreto em análise, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os fornecimentos/ serviços, reduziria o número de proponentes e poderia eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/ cartéis para manipular os preços nas compras diretas (dispensas de licitação).

9.5. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

9.5.1. Não será admitida a participação de cooperativas, conforme justificativa abaixo:

Atestamos que permitir a participação das cooperativas, representaria desrespeito ao princípio constitucional da eficiência, previsto no Art. 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente a contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando a célere execução do objeto pretendido.

9.6. NÃO ENQUADRAMENTO COMO BEM DE LUXO.

9.6.1 A presente aquisição não se trata de aquisição de bem de luxo em consonância com o art. 20 da Lei 14.133/21.

9.7. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

9.7.1. As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

9.7.2. A CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador de dados enquanto a CONTRATADA é definida como Operadora de dados.

9.7.3. A CONTRATANTE e a CONTRATADA serão consideradas controladoras conjuntas quando esta transferir dados pessoais e dados pessoais sensíveis de seus representantes, prepostos ou colaboradores à CONTRATANTE.

9.7.4. A CONTRATADA indicará encarregado para assuntos relacionados à LGPD que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato.

9.7.5. O fiscal nomeado pela CONTRATANTE contará com a orientação da unidade da CONTRATANTE indicada como encarregada para atuar como canal de comunicação entre a CONTRATANTE, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

9.7.6. A CONTRATANTE tratará dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos representantes, prepostos ou colaboradores da CONTRATADA, para viabilizar acesso às instalações físicas e sistemas de informação essenciais ao desenvolvimento das atividades contratadas, além de cumprir com o dever legal de fiscalização na execução do contrato.

9.7.7. Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA, obtidos em razão desse contrato, poderão ser divulgados pela CONTRATANTE com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

9.7.8. A CONTRATADA está obrigada a guardar sigilo por si, por seus colaboradores ou prepostos, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto desse contrato.

9.7.9. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

9.7.10. É vedado à CONTRATADA o tratamento de dados pessoais realizados em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9.7.11. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

9.7.12. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a CONTRATANTE adote, se for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

9.7.13. Extinto o presente instrumento ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da LGPD.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica estabelecida no item 4 deste Termo de Referência.

10.2. Durante toda a execução do objeto, as obrigações das partes serão as seguintes:

10.2.1. A Contratada caberá todas as providências relativas à execução do Objeto do Contrato, como sejam:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste termo e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto
- b) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto;
- c) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) que antecede a data da entrega do produto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Manter as obrigações assumidas no tocante as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- e) Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras.
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Acatar as solicitações da fiscalização do CONTRATANTE para iniciar ou paralisar o objeto deste contrato, em qualquer fase;
- h) Permitir o livre acesso do servidor responsável pela fiscalização, bem como os órgãos de controle interno e externo a seus documentos e registro contábeis;
- i) Permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização pelo CONTRATANTE, dos serviços realizados;
- j) Caso haja alguma irregularidade no objeto contratado, o Contratante deverá repará-lo sem gerar novos custos para Municipalidade;
- k) Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento/serviço, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;
- l) Responsabilizar-se pelo transporte do produto de seu estabelecimento até o local determinado pela Contratante, bem como pelo seu descarregamento.

10.2.2. A Contratante caberá todas as providências relativas à execução do Objeto do Contrato, como sejam:

- a) Receber e conferir os produtos quando da entrega pela Contratada;
- b) Rejeitar no todo, ou em parte, o produto que a empresa vencedora entregar fora das especificações deste termo;
- c) Comunicar e exigir a correção imediata de qualquer anormalidade nos produtos fornecidos;
- c.1) Notificar a Contratada, fixando prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados.
- d) Designar representante com competência legal para proceder o acompanhamento e a fiscalização do objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

deste termo;

e) Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Instrumento;

f) Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto e das cláusulas deste termo.

11. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

11.1. A entrega dos produtos será acompanhada/fiscalizada através do servidor, Srº Luiz Henrique Tschaen, matrícula 007087-01, e-mail: assistenciasocialsemadh@gmail.com <<mailto:assistenciasocialcemadh@gmail.com>>, designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos o qual fora designado para esta finalidade, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações, que deverá atestar a realização de seu objeto, sem o qual não será permitido qualquer pagamento.

11.2. A fiscalização compete o acompanhamento e amplo controle da entrega até a conclusão do recebimento, bem como decidir os casos omissos relativos à entrega do produto ou quaisquer documentos a que se refiram direta ou indiretamente relacionados ao fornecimento em questão.

11.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Prestador, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 120).

11.4. A entrega deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

11.5. A entrega deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da contratação, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

11.6. O fiscal da contratação anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

11.7. O fiscal da contratação informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

11.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de equipamentos nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

11.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

11.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

11.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

11.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.14. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

11.15. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

12. SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa a licitante que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de negociação.

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação;

12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm) agosto de 2013. [.<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm)

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA pela falta do subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do Fornecedor por quaisquer das infrações dos itens 12.1.1 a 12.1.12;

c) IMPEDIMENTO DE LICITAR e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifique imposição da penalidade mais grave.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.6. Na aplicação da sanção prevista na alínea "b" do item 12.2 deste Termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 12.2 deste Termo será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.8. Quando o quadro funcional não dispuser de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

12.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá requerer à Prefeitura o pagamento do produto entregue anexando ao requerimento a Nota Fiscal, as provas de regularidade fiscal e trabalhista;

13.1.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a liquidação do processo, com a nota fiscal devidamente atestada pelo Fiscal do contrato e pelo Secretário da pasta requisitante.

13.2. O pagamento será efetuado através de depósito em conta do fornecedor, no Banco por ele indicado, constantes no campo "informações complementares" na Nota Fiscal/Fatura.

13.3. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal em nome do **Fundo Municipal de Assistência Social, ROD BR 262 KM46, CNPJ 15.046.566/0001-21.**

13.4. Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida ao fornecedor para retificação, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura devidamente retificada.

13.5. A Prefeitura Municipal de Marechal Floriano poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão Eletrônico.
- 14.2. O critério de julgamento será o de **MENOR VALOR POR ITEM**.
- 14.3. O fornecedor deverá preencher os requisitos de habilitação preceituados no item 9.2.
- 14.4. A proposta deverá estar de acordo com as especificações técnicas solicitadas.

15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O orçamento tem caráter sigiloso, nos termos do art. 24, caput da Lei 14.133/21, tal sigilo justifica-se: Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117): "A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la.

Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente" Ainda segundo Zymler e Dios (2014): "Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios - no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame".

15.2. Esse sigilo perdurará até a conclusão da licitação nos termos do art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas com a execução do objeto desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no Orçamento da Prefeitura Municipal de Marechal Floriano para o exercício de 2025, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, conforme segue:

- 00061-166000009999 - 100001.0824400672.109.44905200000.166000009999 CRAS
- 00081-166000009999 - 100001.0824400682.112.44905200000.166000009999 CREAS
- 00131-166000009999 - 100002.0812200112.180.44905200000.166000009999 BOLSA FAMÍLIA

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O presente termo foi elaborado sob a análise e colaboração das pessoas que compõem a seguinte matriz de responsáveis:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

**RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:
29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br**

EDITAL

Justificativa da necessidade de contratação: Simone Catarina Lemke Cancellieri

Elaboração de especificação: Fernanda Helmer

Aprovação de especificação: Simone Catarina Lemke Cancellieri

Elaboração de quantitativo: Fernanda Helmer

Aprovação de quantitativo: Simone Catarina Lemke Cancellieri

Elaboração de Termo de Referência: Fernanda Helmer

Aprovação de Termo de Referência: Simone Catarina Lemke Cancellieri

Fiscal da contratação: Luiz Henrique Tschaen

Simone C. Lemke Cancellieri

Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

Anexo II - Modelo de Proposta Comercial

Referência: Pregão Eletrônico Nº 000005/2025.

À Prefeitura Municipal de Marechal Floriano - ES
Comissão de Pregão

Proposta que faz a empresa (Nome da Empresa), (CNPJ), (Endereço completo), (CEP), (Cidade), (Estado), (Telefone), E-mail (xxxxxx@xxxxxx), para ...(objeto da licitação)..... acima referenciada, discriminada no **ANEXO III**.

Igualmente, declaramos que:

- a) Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.
- b) Estão incluídas nos preços cotados todas as despesas com impostos, taxas, fretes, e quaisquer outras que venham a incidir.
- c) Tomamos conhecimento e concordamos integralmente com todas as condições estabelecidas neste Edital, inclusive seus anexos, obrigando-se ao cumprimento de todas as exigências nele contidas.

Informamos que a pessoa responsável pela assinatura de eventuais Atas de Registro de Preço e/ou Contratos será:

Nome do Representante Legal:, Nacionalidade:,
Estado Civil:, Profissão:, CPF: RG:

Local e data

Assinatura do representante legal
Nome e CPF

Carimbo do CNPJ ou Papel Timbrado da Empresa contendo o número do CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

Anexo III - Especificação do Objeto

Referência: Pregão Eletrônico Nº 000005/2025.

<i>Lote</i>	<i>Ítems</i>	<i>Especificação</i>	<i>Marca</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Unitário</i>	<i>Valor Total</i>
00001	3	<p>CÂMERA DE MONITORAMENTO - sensor: 1/2.9" megapixel progressive cmos</p> <ul style="list-style-type: none">- pixels efetivos: 1920 (h) x 1080 (v)- resolução: full hd (1080p)- lente: 4 mm- Ângulo de visão: 105° (diagonal), 86° (horizontal), 45° (vertical)- zoom digital: 16x- alcance infravermelho (ir): 20 m (feixe de luz até 23 m)- ir inteligente e sensibilidade 0 lux (ir ligado)- função day & night automático e p&b, com troca automática de filtro (icr)- controle automático de ganho (agc) ajustável- compensação de luz de fundo (blc) automático- high light compensation (hlc)- wide dynamic range (wdr) automático- balanço de branco automático- detecção ajustável de movimento e pessoas- redução digital de ruído (dnr) 3d automático- rotação horizontal: 0° a 355°- rotação vertical: 0° a -90°- conector de alimentação: p4 fêmea, fonte 12 v- consumo máximo de corrente: 520 ma- consumo de energia: < 6,2 w- proteção antissurto: 15 kv modo diferencial / 15 kv modo comum- peso: 565 g- material e formato: case tipo dome, em plástico, cor branca <p>- grau de proteção: ip66 (instalação interna e externa)</p> <p>- temperatura de operação: -20 °c a 50 °c</p> <p>- umidade de operação: até 95% sem condensação conectividade e rede</p> <p>- rede cabeada: rj45 fêmea</p> <p>- padrões wi-fi: ieee802.11b/g/n</p> <p>- frequência wi-fi: 2,4 ghz ~ 2,4835 ghz</p> <p>- largura de banda: 20/40 mhz</p> <p>- segurança: 64/128 bit wep, wpa/wpa2, wpa-psk/wpa2-psk</p> <p>- potência de transmissão: b: 17 dbm; g: 15 dbm; n: 15 dbm</p> <p>- taxa de transmissão: 11b até 11 mbps; 11g até 54 mbps; 11n até 150 mbps</p> <p>- ganho da antena: 1,79 dbi</p> <p>Áudio, vídeo e armazenamento</p> <p>- frame rate: adaptável (máximo 20 fps)</p> <p>- compressão de vídeo: h.264</p> <p>- taxa de bits de vídeo: adaptável</p> <p>- Áudio: aac com microfone integrado</p> <p>- taxa de bits de áudio: adaptável</p> <p>- armazenamento local: cartão de memória de até 32 gb incluso</p> <p>protocolos e compatibilidade</p> <p>- configuração: modo ap / cabo de rede</p> <p>- protocolos suportados: ipv4, rtsp, rtmp, onvif (perfil s)</p> <p>- cartão de memória de até 32 gb incluso</p>		UN	10,000		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO****Governo do Estado do Espírito Santo****RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:****29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br****EDITAL**

00002	1	MINI RACK 5U altura: 250 mm largura: 540 mm profundidade: 350 mm porta com visor em acrílico fechadura com chave padrão 19``		UN	1,000		
00003	2	SCANNER equipamento do tipo scanner de mesa profissional, destinado à digitalização de documentos administrativos em alta demanda, com as seguintes características mínimas: - alimentador automático de documentos (adf) com capacidade mínima para 80 folhas; - digitalização frente e verso (duplex) automática; - velocidade mínima de 40 páginas por minuto (ppm) em preto e em cores; - resolução óptica mínima de 600 dpi; - interfaces de conexão: usb, ethernet e wi-fi (incluindo wi-fi direct); - tela de controle touchscreen colorida, com possibilidade de criar atalhos de digitalização; - compatibilidade com sistemas operacionais windows, macos e linux; - suporte à digitalização para múltiplos destinos: computadores em rede, dispositivos usb, e-mail, ftp, pastas de rede e serviços em nuvem; - recursos de otimização de imagem: remoção de páginas em branco, detecção de alimentação múltipla, correção automática de inclinação (deskew), ajuste de cores e nitidez; - capacidade de gerar arquivos em formatos pdf pesquisável (ocr), jpeg, tiff e outros; - ciclo diário recomendado para alto volume de digitalização. marcas de referência: brother ads, epson workforce, canon imageformula		UN	2,000		
00004	1	SWITCH 24 PORTAS NÃO GERENCIÁVEL capacidade de comutação: 48 gbps taxa de encaminhamento de pacotes: 35.7 mpps método de transferência: armazena e encaminha certificação: fcc, ce, rohs tensão de entrada: 100 240 v padrões: ieee 802.3i ieee 802.3u ieee 802.3ab ieee 802.3x 24 portas rj-45 10/100/1000 mbps com auto negociação 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação		UN	2,000		
00005	1	WIRELESS ACCESS POINT modelo específico para ambiente corporativo aplicação: conexão de equipamentos em rede sem fio; interface de rede cabeada gigabit ethernet; deve incluir fonte de alimentação bivolt do tipo injetor poe saída 48v 0.5a, do mesmo fabricante do aparelho; padrão: 802.11 a/b/g/n/ac /ax; taxa de transmissão de 11 frequência 2,4 ghz: 573mbps e 5ghz: 3.4 gbps; ganho da antena em 2.4 ghz: 4 dbi e 5 ghz: 6 dbi; mu-mimo 2x2 (2.4 ghz) e 4x4 (5 ghz); autenticação wpa3; potência máxima tx 2.4 ghz: 22 dbm e 5 ghz: 26 dbm; 8 bssid por rádio; suporte a vlan 802.1 q; suporte a 300+ clientes simultâneos por cada access point. marca de referência: ubiquiti ou superior garantia de 12 meses do fabricante		UN	1,000		



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

Governo do Estado do Espírito Santo

RUA DAVID CANAL, 57 - CENTRO - MARECHAL FLORIANO. - ES - CEP:

29255-000 CNPJ: 39.385.927/0001-22 email: licitacao@marechalfloriano.es.gov.br

EDITAL

Anexo IV - Minuta do Termo de Aceitação dos Requisitos e Exigências do Edital

Referência: Pregão Presencial Nº 000019/2025.

PROCESSO (S) ADMINISTRATIVO (S) Nº (S): 4094/2025 SEMUR, 4112/2025 SEMAG e 8158/2025 SEMIT.

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 000019/2025.

OBJETO: Aquisição de ferramentas e equipamentos para manutenções em geral

EMPENHO Nº:

FAVORECIDO: Razão Social da empresa contratada

CNPJ:

Nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, este **TERMO DE ACEITAÇÃO** visa formalizar a concordância da empresa contratada com todas as exigências e condições estabelecidas no Edital de Licitação (quando houver) e no respectivo Termo de Referência, que integram o presente instrumento para todos os fins de direito, mesmo na ausência de contrato administrativo formal.

O contratado declara expressamente:

- 1) Que tem ciência integral de todas as obrigações previstas no Termo de Referência e demais documentos da contratação, e que está apto a executá-las integralmente;
- 2) Que aceita os prazos, as condições de entrega, pagamento, garantias, responsabilidades e demais obrigações estabelecidas;
- 3) Que reconhece a vinculação deste ajuste às normas da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à aplicação de penalidades em caso de inadimplemento;
- 4) Que autoriza o uso deste termo como instrumento suficiente para execução e fiscalização da contratação, substituindo o contrato formal conforme previsão legal;
- 5) Que a execução do objeto contratual será iniciada em conformidade com os prazos estipulados pela Administração.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Marechal Floriano-ES, de de 2025

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

Cargo

Nome da Empresa Contratada

CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO

Cargo

Órgão ou Entidade Pública

CNPJ: